APESE
Associação de Pais da Escola Secundária de Ermesinde
Praceta D. António Ferreira Gomes
4445-398 Ermesinde

Doc. 1

Ermesinde, 24 de abril 2018

Exmo. Sr. Ministro da Educação,

Dr. Tiago Brandão Rodrigues,

É com enorme satisfação que a Associação de Pais da Escola Secundária de Ermesinde recebe o Exmo. Sr. Ministro da Educação neste dia em que se assinala simbolicamente a conclusão de uma parte das tão ansiadas obras de requalificação deste estabelecimento escolar.

Ao fim de mais de uma década de retrocessos e de anúncios que não passaram de meras intenções que nunca saíram do papel, deixando a Escola Secundária de Ermesinde num estado deplorável, a Comunidade Educativa viu as obras avançarem, e por esse facto congratulamo-nos, ainda que com a plena noção de que os 3,9 milhões de euros destinados não seriam o suficiente para realizar todas as obras necessárias.

Aliás, isso mesmo foi, por várias vezes, sustentado por declarações do senhor presidente da Câmara Municipal de Valongo, Dr. José Manuel Ribeiro, que à Comunicação Social disse ser "*manifestamente insuficientes os 4 milhões de euros disponíveis no mapeamento dos fundos comunitários*", nomeadamente os 3,9 milhões de euros para a Secundária de Ermesinde.

Não obstante, a nossa satisfação não pode, infelizmente, ser total.

Lamentavelmente, e segundo fomos informados pelo vereador da Educação, a Câmara Municipal de Valongo pretende desviar cerca de 315 mil euros destes 3,9 milhões de euros para a requalificação de um estabelecimento escolar da freguesia de Valongo.

Não conseguimos perceber como passamos de uma situação em que "*com o montante disponível não podemos fazer todas as obras necessárias, mas as possíveis*" [declarações do Sr. Presidente da Câmara no arranque da empreitada] para outra em que «sobram» 315 mil euros e continuaremos com espaços

degradados porque as verbas, aprovadas por financiamento, provenientes do Norte2020, não serão cá aplicadas.

Continuaremos, por exemplo, a ter um Bloco de Mecânica numa situação deplorável, sem as condições necessárias, bem como um bar, que serve professores, alunos e funcionários com um tamanho completamente desadequado, 4 salas pré-fabricadas (que seriam provisórias há 20 anos) com coberturas de fibrocimento, a evidente necessidade de infraestruturas ao nível da rede de abastecimento de água, rede de águas pluviais e saneamento, etc.

Para além das necessidades acima descritas, temos ainda a desigualdade entre alunos, uma vez que uma parte vai ter aulas em salas completamente reabilitadas e outra parte continuará em salas com coberturas de fibrocimento, onde o frio e o calor são insuportáveis, bem como salas com o chão a aluir e rachadelas enormes nas paredes, como poderão constatar nas fotos que anexamos. Para além disso vai haver mobiliário novo para algumas salas e para outras não.

Não podemos aceitar que haja alunos com tratamento de 1ª categoria e outros alunos com tratamento de 5ª categoria. O direito à igualdade está contemplado na Constituição Portuguesa, pelo que não conseguiremos explicar às nossas crianças essa diferença de tratamento.

Da parte da Câmara Municipal de Valongo apresentam-nos a decisão como um ato consumado, uma vez que, dizem, foi aprovado em Assembleia Municipal e que a CCDR/Norte2020/Área Metropolitana do Porto não autorizaram que essa verba ficasse na Escola Secundária de Ermesinde com base na legislação dos Contratos das Obras Publicas que, segundo nos informaram, não permite que haja novas adjudicações mesmo sendo para o mesmo projeto e havendo excedente orçamental, uma vez que as adjudicações efetuadas foram feitas por um valor mais baixo do valor base previsto.

A Associação de Pais, bem como a Direção da Escola Secundária de Ermesinde não foram nem consultadas nem tão pouco avisadas de que tal aconteceria, apesar da Direção da Escola Secundária de Ermesinde fazer parte da Comissão de Acompanhamento da requalificação do estabelecimento, constituída nos termos do acordo de colaboração assinado entre a autarquia e o Ministério da Educação.

Senhor Ministro da Educação, não querendo duvidar da legalidade da decisão da Câmara Municipal de Valongo, a Associação de Pais da Escola Secundária de

Ermesinde não pode deixar de lamentar a posição da autarquia e de contestar a moralidade do desvio de verbas aprovadas no âmbito de financiamento do Norte2020 e alocadas à requalificação da Secundária de Ermesinde.

Acreditando que haverá uma segunda fase de obras para concluir a requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, esta Associação de Pais exorta o Exmo. Sr. Ministro da Educação a tomar as devidas diligências para que as verbas alocadas à Secundária de Ermesinde sejam de facto aplicadas nesta Escola.

Certos da sua melhor atenção,

Melhores Cumprimentos,

MQueirós

Manuela Queirós

[Presidente da Associação de Pais da Escola Secundária de Ermesinde]

Telemóvel: 914130075

Email: apeseermesinde@gmail.com / manuela.queiros@gmail.com

DOC-2

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

Como todos bem sabem a Junta de Freguesia de Alfena tem um papel muito activo na acção social, estando sempre próximo dos mais desfavorecidos, desenvolvendo múltiplas iniciativas tais como: gabinete de acção social, banco de horas, dispensa comunitária, loja social, apoio alimentar. Também as actividades com os seniores são várias em parceria com a Câmara: hidroginástica, ginástica, sala de convívio, canto, dança, informática, artes, inglês, etc.

Também o apoio à inserção profissional é uma preocupação constante através essencialmente do nosso gabinete de inserção profissional, com muitas acções de sensibilização e recrutamento.

Quase todas estas actividades se desenvolvem na Plataforma Solidária que é já extremamente exígua para o conjunto de serviços que desenvolvemos bem como para outros que queremos implementar, como seja o caso do aprofundamento da Economia Circular e a formação profissional.

Várias vezes já solicitamos à Câmara Municipal a cedência de algum espaço na Escola do Xisto que se encontra encerrada, o que sempre nos tem sido negada, mas nem por isso podemos desistir pois não queremos abdicar de projectos que são importantes para a população e para a sustentabilidade global.

A Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena aprova a seguinte moção:

- A cedência de 3 salas na Escola do Xisto para a realização de formação, do aprofundamento da Economia Circular bem como para arquivo da própria Junta de Freguesia que corre serio risco de degradação.

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo

Doc. 3

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

O Parque Vale do Leça é uma infraestrutura pública que em muito contribuirá não só para a criação de uma nova centralidade em Alfena bem como uma ampla zona de lazer.

O Parque Vale do Leça com cerca de 60.000 metros quadrados é um espaço público, que a Junta conseguiu negociar, uma propriedade que não é só de todos os Alfenenses, mas de todos os que o queiram utilizar. É um prazer imenso ver crianças, jovens e idosos em sã convivência no nosso Parque Vale do Leça.

A empreitada ainda agora começou e há muito, mesmo muito a fazer.

Desde o início de todo este processo a Junta de Freguesia diz que sozinha dificilmente conseguirá concretizar este sonho dos Alfenenses.

Ficamos pois espantados e preocupados quando a Câmara diz que não pode aqui investir porque não é propriedade municipal. Então o espaço não é público?

Urge pois que o bom senso impere e estes espaços como o Parque Vale do Leça ou São Lázaro sejam compreendidos como espaços públicos e onde é necessário investir, tal como se faz nas outras freguesias.

Admira este tipo de atitude porque noutras freguesias a Câmara investe mesmo que o terreno não seja municipal.

A população de Alfena precisa e merece que o Município realize e apoie o investimento em infraestruturas no Parque Vale do Leça, tal como:

- Parque Infantil;
- Skate Parque;
- Recuperação do Moinho do Cabo;
- Iluminação;
- Sanitários;

A Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena aprova a seguinte moção:

- Que a Câmara Municipal realize investimento em infraestruturas no Parque Vale do Leça pois é um equipamento extremamente importante não só para a cidade de Alfena, mas para todo o concelho.

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo

Doc. 4

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

A cidade de Alfena vê-se confrontada com um enorme fluxo de trânsito, quer pelo aumento do trafego comercial, quer pelo aumento populacional.

Actualmente existem duas saídas para a cidade, uma a oeste e outra a este.

Contudo, quer uma quer outra obrigam a atravessar a freguesia, provocando filas incomensuráveis e atrasos.

Entretanto, na via do Lombelho, via que liga Alfena a Valongo, pela Quinta da Lousa, existe uma ponte sobre a A41, cujos terrenos envoltos são da Ascendi.

Estaria prevista a construção de um nó rodoviário que nunca se concretizou.

Todavia, os acessos são fáceis de realizar, sendo que o preço dessa obra não será pesado para o erário público, relembramos que a ponte está feita, faltam somente os acessos.

A obra traria uma excelência de localização, rápido acesso pela A41 ao Lombelho e Costa, em Alfena, e rápido acesso à Quinta da Lousa em Valongo, trazendo uma nova centralidade à Escola Secundária de Alfena, que disso padece.

Acresce que evitaria as filas de trânsito e a grande deslocação de parte das populações das cidades de Alfena e Valongo, para o nó de Alfena.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova por _____ a seguinte Moção:

- Deve ser construído o nó do Lombelho, na cidade de Alfena.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:
- Câmara Municipal de Valongo
- Infraestruturas de Portugal
- Ministério do Planeamento e Infraestruturas
- Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República

DOC.5

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

O Atlético Clube Alfenense e o CSPA são duas instituições de referência na promoção da actividade desportiva do concelho de Valongo.

Ao longo de décadas o investimento em instalações próprias traduziu-se em melhores condições para os atletas, com visíveis resultados desportivos.

A capacidade empreendedora destas duas instituições, levou a que o município deixasse de investir em equipamentos desportivos na freguesia de Alfena.

Assim e considerando os elevados custos com água, luz, gás e manutenção de equipamentos, suportados única e exclusivamente pelas instituições, a Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova por _____ a seguinte Moção:

Solicitar à Câmara Municipal de Valongo o reforço do apoio financeiro ao Atlético Clube Alfenense e ao CSPA.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar a:
- Câmara Municipal de Valongo

Doc. 6

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

É reconhecido que Alfena tem tido um forte crescimento nos últimos anos. É hoje uma cidade com cerca de 18.000 habitantes e mais de 200 empresas aqui instaladas.

Esse crescimento traz necessariamente um novo conjunto de exigências e de necessidade de serviços públicos que as entidades públicas, nomeadamente o poder local tem que dar resposta.

É público e notório que a cidade de Alfena carece de infraestruturas que urge resolver.

Bem exemplo disso é a exiguidade das instalações do Edifício da Junta de Freguesia.

Há anos foi iniciado um processo de cedência de um espaço municipal na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, que no início do anterior mandato ficou em suspenso, na expectativa de que as negociações que a Câmara tinha encetado com os proprietários da Quinta do Bandeirinha permitissem a utilização do edifício da quinta como futuras instalações da Junta.

Tudo isso se gorou pelo que há cerca de 2 anos que a Junta pede a conclusão do processo de cedência. Várias vezes foi pedida reunião ao Sr. Presidente da Câmara para conclusão deste processo e até hoje nada.

Neste momento pedimos ao Município a conclusão do processo de cedência do espaço na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro bem como o apoio financeiro para a construção do respectivo edifício.

Numas freguesias compram-se estádios, nós aqui pedimos apoio para a construção do Edifício da Junta.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, propõe à Exma. Câmara:

- A conclusão rápida do processo de cedência do terreno para a construção do novo Edifício da Junta de Freguesia;
- A inclusão de verbas em futura revisão orçamental e em futuros orçamentos de verbas que possibilitem as construções do referido edifício.

O Presidente da Junta de Freguesia

Arnaldo [illegible]

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo

Doc. 7

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

VOTO DE CONGRATULAÇÕES

Iniciou-se no passado dia vinte e três de abril a construção da nova unidade de saúde de Alfena.

É com enorme regozijo que assinalamos a concretização deste anseio dos alfenenses, que durava há mais de trinta anos.

Foi em dois mil e seis, que a Junta de Freguesia de Alfena afirmou perante a ARS Norte, a necessidade de construir um novo edifício, em Alfena, contrariando a decisão de transferir este serviço de saúde para Ermesinde (Bela).

Foi um longo percurso marcado pela persistência dos alfenenses, com avanços e recuos, mas com o resultado que todos ambicionávamos.

Assim, propomos e a Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova, este Voto de Congratulações por _____.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

DOC. 8

Senhor Presidente e Senhora e Senhor Secretários da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Todos os presentes,

Defendemos que a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de pequenas e grandes transformações, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive as pessoas portadoras de deficiência e incapacidade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, nos seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir os seus papéis na sociedade.

A inclusão social constitui, assim, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Dado a prática da inclusão social repousar em princípios ainda considerados incomuns, tais como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação, facilmente se constata que, salvo poucos, mas bons exemplos, as instituições públicas, como base da sociedade, e a sociedade em geral, ainda não poderão ser consideradas inclusivas.

É um facto que o nosso Concelho, essencialmente nos últimos anos, tem demonstrado profundas e significativas iniciativas e transformações neste aspeto.

Permitam-me alguns exemplos:

- ✓ A eleição de um deputado municipal portador de surdez profunda e bilingue de língua gestual/oral;
- ✓ A instalação do Serviço de Informação e Mediação para as Pessoas com Deficiência;
- ✓ A promoção da Igualdade do Género;

- ✓ O lançamento do manual de cidadania;
- ✓ A aprovação nesta assembleia do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos e do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valongo;
- ✓ A instalação da Câmara Municipal de um serviço de videoconferência através de língua gestual facilitador do atendimento aos munícipes surdos;
- ✓ Os diversos planos e atividades criados para os seniores, os jovens, as crianças, com destaque para um projeto distintivo deste concelho e que é o OTL especial@arte, destinado à ocupação de tempos livres de crianças e jovens com deficiência, durante as férias de Verão;
- ✓ A constatação de que a Loja do Cidadão em Ermesinde é a única, no país, que possui a sinalética Color Add para Daltónicos;
- ✓ A aquisição recente de três cadeiras adaptadas para as piscinas de Valongo, Ermesinde e Alfena, possibilitando que as pessoas com mobilidade reduzida tenham acesso à natação;
- ✓ O lançamento do projeto de combate ao insucesso e abandono escolar "MaisVAL", cujos objetivos se inserem numa lógica de inclusão e de "não deixar ninguém para trás";
- ✓ A instalação do Centro de Cidadania Digital de Valongo;
- ✓ E, o que é um exemplo em Portugal, na Gala de Mérito Desportivo, a colocação da intérprete de língua gestual ao lado das apresentadoras e do Presidente da Câmara aquando da intervenção deste;
- ✓ .....

Senhoras e Senhores,

Cremos, sinceramente, que todos os presentes nesta sala anseiam esse VALONGO INCLUSIVO, como sabemos que Valongo tem atualmente um Presidente, e um Executivo, para quem a INCLUSÃO não é uma palavra vã.

Incluir significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo o ser humano na sua maior expressão: a DIFERENÇA.

E o principal objetivo nesta "diferença" é ajudar a criar bases para uma sociedade mais inclusiva, ajudar a preparar a sociedade no seu todo numa base inicial de mudança de mentalidades,

permitindo a eliminação gradual daquelas barreiras, ainda muitas, que impossibilitam a sociedade inclusiva que ansiamos.

Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,

Sabemos da Vossa sensibilidade e do Vosso objetivo de que Valongo seja uma referência nacional na área inclusiva e, mesmo conhecendo os limites orçamentais que, muitas vezes, limitam a Vossa atividade, temos de vos propor:

- ✓ A urgente disponibilização de total acessibilidade ao Auditório Dr. António Macedo;
- ✓ Que, após a necessária aprovação dos fundos estruturais, se arranque com o Plano Municipal de Acessibilidade para Todos e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Valongo, pois possibilitarão que o nosso Concelho seja essa referência.
- ✓ Avancem com a implementação do projeto "Casa do Xisto: A arte para a (d)eficiência" que, reabilitando as instalações da Escola do Xisto, visa capacitar uma resposta social vocacionada para a inclusão das crianças portadoras de deficiência.

Todos juntos podemos e vamos conseguir!

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de abril de 2018

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Armando Gabriel Teixeira Baltazar)

Bloco de Esquerda

Doc. 9

Assembleia Municipal de Valongo

RECOMENDAÇÃO

Requalificação e Modernização da Escola Básica Vallis Longus

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Na sequência dos cinco projetos de resolução apresentados na Assembleia da República reivindicando a reabilitação e requalificação urgente da Escola Básica Vallis Longus, (BE – 02 de março, PSD – 03 de março, CDS – 15 de março, Os Verdes – 30 março e PCP – 2 de abril), e após a sua aprovação, com todas as forças políticas a votarem favoravelmente os 5 projetos de resolução, com exceção do PS, que se absteve em todos eles, importa agora que o Município assuma também as suas responsabilidades.

Este é já um processo antigo, que apesar de reportado às várias entidades responsáveis, com reconhecimento da justiça e legitimidade das reclamações, não teve, ainda, o melhor desfecho. Recorde-se que esta escola esteve já integrada num mapeamento de prioridade interventivas, com as obras de requalificação a estarem previstas em diário da república de 2009. Houve, portanto, um compromisso da Tutela. Incompreensivelmente, anos mais tarde, deixou de incluir o mapeamento, realizado pelo Ministério da Educação, para a aplicação de verbas comunitárias.

Portanto, se até aqui a responsabilidade poderia ser assacada ao PSD, agora, se as obras não avançarem até ao final da legislatura – AS OBRAS, não falamos de concursos, nem projetos- toda a responsabilidade recairá sobre o PS, a sua inércia ou falta de vontade, até porque obviamente município e governo têm uma linha de comunicação facilitada, conquanto integram a mesma força partidária.

A 12 de dezembro de 2016, o grupo municipal do PS, a propósito da Escola Secundária de Ermesinde, congratulava o executivo pela "originalidade de um processo que coloca o Município, em parceria com o Estado Central, a assumir compromissos em requalificações escolares".

Está já mais do que na hora, de voltar a ser original. Pois que o sejam novamente, em nome de uma escola "esquecida" e em prol da população local

Escusamo-nos a elencar os problemas, uma vez que são sobejamente conhecidos por todos.

No entanto consideramos ser pertinente, acautelar que do projeto para a requalificação e modernização da Escola, conste não só o enunciado no Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda - que anexamos para conhecimento, e onde muitas das necessidades detetadas estão descritas - como acrescentamos as acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e o apetrechamento da escola com os equipamentos necessários e adequados, nomeadamente material informático e laboratorial, e criação de uma sala para desportos gímnicos, contígua ao pavilhão, aproveitando o amplo espaço de que a escola dispõe. E porque a escola não poderá aguardar pela propalada municipalização e desresponsabilização central, uma vez que compete ao Estado, garantir os meios para a requalificação do parque escolar, sem se escudar na dependência de fundos comunitários ou de futuras alterações administrativas.

Recomenda-se a este executivo de maioria absoluta, que faça prova da sua intenção e da sua força política, oferendo à sua população uma escola condigna.

Assim, A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2018, delibera recomendar ao Executivo Camarário, que:

1 – Pressione o governo a priorizar os projetos de resolução recém-aprovados;

2 – Diligencie com a tutela formas de financiamento, independentemente da abertura de fundos comunitários ou possível reestruturação administrativa, com a delegação de competências;

3 – Defina com o governo prazos e uma calendarização para avançar com o processo de obras de requalificação e modernização da escola;

4 – Recomenda-se uma requalificação de acordo com as necessidades identificadas;

5 – Dê conhecimento regular às forças políticas com assento nesta assembleia, de todo o processo que for desencadeado, assim como de negociações encetadas com o governo, no âmbito das propostas aqui apresentadas

Desta recomendação e respetiva votação deverá ser dado conhecimento à Direção, Conselho Geral e Associação de Pais, da Escola Básica Vallis Longus, assim como aos grupos parlamentares.

O representante do Bloco de Esquerda, em 27/04/2018

(Fernando Monteiro)

Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1370/XIII/3ª

RECOMENDA AO GOVERNO A REQUALIFICAÇÃO URGENTE DA ESCOLA BÁSICA DE VALLIS LONGUS, EM VALONGO

A Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo, é sede do Agrupamento de Escolas com a mesma designação.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda visitou recentemente esta escola e pode aquilatar as deploráveis condições de todo o seu edificado. A escola foi inaugurada em 1982 e nunca teve intervenções de fundo à exceção de obras de remoção de parte do fibrocimento dos telhados que estão atualmente a decorrer.

Na verdade, esta escola esteve para ser intervencionada / ampliada, tendo mesmo sido publicado em julho de 2009 no Diário da República n.º 145, Série II, de 29 de julho, o anúncio de procedimento n.º 3670/2009 com vista ao concurso limitado por prévia qualificação. No entanto, em fevereiro de 2010, numa reunião realizada na então Direção Regional da Educação do Norte (DREN), o diretor e o presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação foram informados, pelo então Diretor Regional Adjunto, que o referido concurso tinha sido anulado por falta de verbas.

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Vallis Longus, em reunião extraordinária deste órgão, datada de onze de outubro de dois mil e dezasseis, assumiu uma tomada de posição de total repúdio em relação ao abandono, indiferença e sucessivos adiamentos a que tem sido votado o projeto de requalificação das instalações da escola sede do agrupamento.

No referido documento, a que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso, é listado um conjunto de deficiências da escola de que destacamos:

- Existirem aulas na sala dos professores e na cantina;
- Várias salas estarem divididas para o máximo aproveitamento dos espaços letivos;
- O Gabinete do psicólogo ser no corredor;
- Os pais e encarregados de educação serem atendidos nos mais diferentes espaços, uma vez que só existe um gabinete, fruto do aproveitamento de uma arrecadação;
- Não existirem laboratórios para aulas experimentais;
- Não existirem espaços abrigados para o recreio e de junto de algumas salas os alunos, nos dias de inverno, terem de aguardar pelas aulas à chuva;
- A Biblioteca necessitar do quádruplo do espaço;
- O bar dos alunos estar subdimensionado tendo no seu interior desnivelamentos;
- Não haver uma sala para os funcionários digna desse nome;
- Os gabinetes da direção necessitarem de obras e mobiliário que lhe confira dignidade;
- O piso estar degradado quer no exterior quer no interior dos pavilhões, fruto do desgaste intenso, natural de um estabelecimento de ensino;
- Parte significativa dos telhados serem de amianto (única deficiência que está em vias de ser corrigida com as obras de remoção em curso);
- As portas e caixilharia dos pavilhões serem de origem e estarem num estado avançado de degradação;

- Os campos de treinos terem um piso inadequado à prática do desporto e as marcações já não existirem;
- Os placards das salas para afixação dos trabalhos dos alunos necessitarem de total renovação;
- As casas de banho precisarem de ser reconstruídas e atualizadas nos materiais;
- O acesso à sala dos professores ser feito por uma escada em caracol;
- A rede elétrica estar sobrecarregada e necessitar de ser atualizada;
- A rede de água estar obsoleta e, mesmo sobre vigilância apertada, pontualmente, originar desperdícios gigantescos;
- O gradeamento da escola apresentar fragilidades;
- Não existir um espaço digno para reuniões quer de conselho pedagógico, do conselho geral ou reunião plenária de agrupamento.

Todas estas deficiências foram reportadas à extinta Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e, mais recentemente, à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) assim como à Câmara Municipal de Valongo.

Depois de tantas iniciativas junto das entidades com capacidade para resolver estes problemas, foi com consternação que verificaram não ter sido esta escola incluída no mapeamento realizado pelo Ministério da Educação para aplicação de verbas comunitárias através de acordos de cooperação com as autarquias.

Nas palavras do Conselho Geral "*No dia 2 de setembro de 2016 foi publicado na 2ª série do diário da república o despacho nº 10805/2016, referente à celebração de acordos de colaboração para intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, onde não está contemplada a Escola Básica de Vallis Longus. De imediato diligenciamos, primeiro junto do Vereador do Pelouro da Educação, Juventude e Desporto, da Câmara Municipal de Valongo, Dr. Orlando Rodrigues e depois junto do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Ribeiro, não obtendo qualquer resposta às nossas inquietações.*

A resposta ser-nos-ia dada apenas na reunião deste órgão, datada de 11 de outubro, pela voz do Dr. Orlando Rodrigues. Desta forma ficamos a conhecer que a Escola de Vallis Longus, não fazia parte do mapeamento aprovado em 2015 pela CCRN, sob proposta da DGestE, ficando deste modo arredada dos dinheiros comunitários do programa 2020".

A Direção da escola, a pedido da DGEstE, na pessoa da sua vice-diretora, em 2013, elaborou um dossier com as prioridades de intervenção para uma razoável requalificação da escola que se transcreve:

"1 – Criação de salas de aulas

Há a necessidade urgente de 15 salas (prevendo que deixam de existir as 3 existentes no pavilhão central) e 2 laboratórios.

O cumprimento desta prioridade implica a construção de ***um novo pavilhão e a intervenção de fundo nos pavilhões existentes.***

Devido à sobrelotação, a escola atingiu um patamar crítico no aproveitamento dos espaços tendo esgotado "a imaginação" e as soluções práticas. De momento decorrem atividades letivas em diferentes espaços adaptados como a cantina e a sala dos professores; a sala de madeiras e a sala de ardósia.

De igual modo ***não há*** *laboratórios para atividades experimentais;* ***não há*** *espaço para uma unidade de multideficiência do 2º e 3º ciclos e existe apenas uma sala de informática que resulta da adaptação de um espaço no pavilhão central.*

2 – Pavilhão Central

Este pavilhão concentra os diferentes serviços da escola mas é manifestamente incapaz de cumprir, de forma abrangente, os objetivos para o qual foi criado. Assim é necessário:

- *Ampliação e redefinição dos espaços para poder comportar bens e serviços de forma digna e funcional.*
- *Deslocar a biblioteca para um novo espaço criado de raiz uma vez que o atual é cinco vezes menor que ao pedido pela rede de bibliotecas;*

- *Criar gabinetes de atendimento aos encarregados de educação, serviços de psicologia, reprografia, gabinete médico, papelaria (...)*
- *Ampliar o bar dos alunos e professores;*
- *Ampliar o refeitório e o polivalente;*
- *Redimensionar os gabinetes de trabalho da direção e criar uma sala de reunião/atendimento;*
- *Fazer WC's novos e reestruturar a sala dos professores;*
- *Criar um novo espaço de trabalho a partir do aproveitamento da área exterior contígua à atual sala dos professores;*
- *Prever um espaço de kitchnette e uma sala para funcionários.*

***3 - Os balneários do pavilhão gimnodesportivo** estão em más condições e são muito reduzidos para o número de alunos que o utilizam à mesma hora.*

***4 – Repavimentação dos espaços exteriores**, nomeadamente, do campo de jogos e do espaço envolvente do pavilhão central.*

***5 - Criação de um espaço exterior coberto** que permita aos alunos ocupar os tempos livres em tempo de inverno."*

É absolutamente necessário que o Ministério da Educação invista de forma séria na requalificação desta escola. A direção, os docentes, os alunos, as suas famílias, os trabalhadores não docentes, todos têm vindo a ver defraudadas as expetativas de requalificação da escola que lhe confira condições dignas de funcionamento.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda à requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo, de acordo com o dossier apresentado há já cinco anos pela direção desta escola à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

2. Confira caráter de urgência a esta requalificação de modo a dotar esta escola dos espaços e equipamentos imprescindíveis a um ensino de qualidade no mínimo espaço de tempo possível.

Assembleia da República, 2 de março de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

DOC. 10

Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Valongo

Recomendação

Lembrar Humberto Delgado em Valongo

Há 60 anos, a candidatura de Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista.

Candidato da oposição às eleições presidenciais de 1958, lançou a sua campanha com a frase "Obviamente, demito-o", afrontando directamente o ditador.

A sua coragem e determinação gerou um enorme entusiasmo popular e mobilizou centenas de milhares de portugueses, que o consagraram como um herói da resistência à tirania.

No mês de Maio de 1958 percorreu vários locais do norte do país, com manifestações de apoio popular nunca antes vistas.

Em 15 de maio desse ano, dia do seu 52º aniversário, Humberto Delgado, após ter visitado a Casa do Gaiato e no regresso ao Porto,, teve uma entusiástica recepção em Valongo, conforme refere nas suas memórias.

Como é sabido, nas eleições de 8 de Junho o regime fascista levou a cabo uma gigantesca fraude eleitoral. Posteriormente perseguido pela polícia política e ameaçado de prisão, Humberto Delgado foi, a mando de Salazar, brutalmente assassinado pela PIDE em 13 de Fevereiro de 1965.

Pelo exposto, e tendo em conta a importância de não apagar a memória dum dos mais significativos acontecimentos políticos ocorridos antes da manhã libertadora do 25 de Abril de 1974, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em -- 27- de Abril de 2018, Recomenda ao Executivo camarário que:

- **promova um evento comemorativo da passagem de Humberto Delgado pelo município em 15 de Maio de 1958.**

O representante do BE

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal De Valongo

DOC. 11

Voto de Pesar

No passado dia 14 de Março, na região central do Rio de Janeiro, foi morta a Vereadora Marielle Franco, atingida por quatro tiros disparados dum carro que se aproximou da viatura em que seguia com o motorista Anderson Gomes e a sua assessora Fernanda Chaves.

Marielle Franco era mulher. Era negra. Era oriunda de uma favela. Era socióloga, fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Era mãe. Era lésbica. Marielle Franco coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislatura do Rio de Janeiro. Era defensora dos direitos humanos desde que perdera uma amiga apanhada num tiroteio na favela Complexo da Maré. E denunciava o racismo e os abusos da Polícia de uma das cidades mais violentas do Mundo.

Marielle Franco era uma ativista sem papas na língua, eleita nas listas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Era a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão em 27 de Abril de 2018, delibera:

-aprovar um voto de pesar pela morte de Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro e exprimir a mais firme condenação deste crime hediondo

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de Abril de 2018

(Fernando Monteiro)

Enviar:

-Município do Rio de Janeiro

-Embaixada do Brasil em Portugal

DOC. 12

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 132 anos dos acontecimentos de Chicago, uma acção pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida, com o assassinato de vários trabalhadores e a condenação à morte de dirigentes sindicais. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal este 1º de Maio de 2018 tem um significado especial. Estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários.

Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores, a brutal diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013), os cortes nos salários e a estagnação das carreiras impulsionadas pelas políticas da troika.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de consagrar as 35 horas como duração do trabalho semanal. É tempo de dinamizar a contratação coletiva.

O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da austeridade, enfrentando as orientações da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2018 associando-se a este evento mundial, delibera:

– Saudar o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril.

A/O representante do BE

DOC. 13

Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Ex.mos Senhores Secretários,

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,

Ex.mos Senhores Vereadores,

Ex.mas e Ex.mos membros da Assembleia Municipal,

Ex.mo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfena,

Caras e caros Alfenenses

É com grande satisfação que o grupo municipal do PSD vê a realização de mais uma Assembleia Municipal em Alfena. Alfena sabe receber; os Alfenenses preocupam-se com a sua terra; Alfena interessa-se com o concelho. E, era por aqui que gostaria de começar: é pena, é de lamentar que o município não tenha por Alfena o interesse que Alfena tem pelo concelho. É pena, é de lamentar, que o município não tenha por Alfena o respeito que Alfena tem pelo concelho.

Alfena é, hoje, uma freguesia de referência; quer no concelho, quer na área metropolitana do Porto. Hoje, Alfena cativa grandes grupos empresariais - como aconteceu com o empreendimento do Grupo Jerónimo Martins - que o Senhor Presidente tanto criticou enquanto esteve na oposição, mas que logo se apressou a inaugurar como presidente da Câmara, quando percebeu que dava uma foto bonita. É pena, é de lamentar que Alfena só tenha servido para isso, uma vez que o Senhor Presidente nada tem feito para solucionar os problemas com que, diariamente, os alfenenses se debatem.

Elencaremos só alguns desses problemas. Desde logo, abordemos a matéria da rede viária da freguesia.

Alfena tem de lidar, hoje, com cerca de 10 mil carros e cerca de 600 camiões por dia. Grande parte deste tráfego circula pela Rua 1.º de Maio (EN 105), que é uma via saturada e que não apresenta condições, nomeadamente para o tráfego pesado. Mostra-se fundamental procurar desviar os veículos pesados desta via.

As portagens junto à plataforma da Jerónimo Martins conduzem a que todo o trânsito atravesse Alfena, sobretudo os veículos pesados. Para tal ser ultrapassado, é necessário eliminar os pórticos da A41, dissuadindo a utilização do centro da vila no caminho daqueles veículos. Deverá, assim, assumir-se a A41 como uma circular externa à freguesia de Alfena.

Além disso, deverão ser implementados mais passadeiras e semáforos na EN 105, a fim de aumentar a segurança nesta via estruturante. Mesmo em troços recentemente intervencionados as condições criadas não são as melhores, nomeadamente quanto à largura dos passeios.

A Câmara Municipal de Valongo, que mantém a postura de não assumir as suas responsabilidades, não teve astúcia para exigir junto da Infra Estruturas de Portugal e do Ministério a resolução deste problema, em particular para a salvaguarda da segurança dos moradores.

Refira-se, ainda, que, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal bem sabe, a circulação automóvel na viela que faz a ligação entre a Rua interior 1º de Maio e o Largo Almirante Pinheiro de Azevedo tem gerado imensa controvérsia e, mesmo, entre os utilizadores daquela viela e, nomeadamente, a empresa IEME. Recorde-se, por exemplo, que a mencionada viela esteve interrompida durante semanas. A Câmara Municipal nunca esclareceu o sucedido e a demora na resolução do problema.

Só a ação da Junta de Freguesia permitiu, com uma solução provisória, desimpedir a dita viela. Há que questionar: Para quando a obtenção de uma solução definitiva para mais este problema?

Depois, refira-se que nas obras que estão a decorrer na zona de Cabeda/Reguengo existe um passeio (entre a Rua de São Vicente e a Rua da Paz) que está a ser reconstruído e, ainda assim, não irá permitir a circulação de uma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé. É injustificável que não se respeitem as mais básicas regras de mobilidade que assegurem a acessibilidade para todos .

Relativamente às obras relativas à ponte de Cabeda, mostra-se escusado tecer grandes comentários quanto à débil gestão deste dossiê pelo Senhor Presidente da Câmara, em que uma obra projetada para 60 dias ultrapassou os 200 dias, com o desespero e abandono dos moradores e comerciante (soubemos hoje que o Sr. Presidente, com coragem espalhafatosa, qual peça de teatro tão digna no palco em que se encontra, está a aguardar o mês de maio. Como é o mês dos milagres, pode ser que lhe corra bem). Já lhe chamaram o "Novo Muro de Berlim", que prejudicou e prejudica a população e que quase matou o pequeno comércio daquele lugar da Freguesia de Alfena. Urge, então, questionar: demorará outro tanto tempo a compensar, nomeadamente pecuniarmente, as pessoas que sofreram na pele os efeitos desta obra, nomeadamente os comerciantes, que desnecessariamente sofreram danos marcados nos seus negócios.

Por fim, refira-se a discriminação a que a freguesia está votada. O executivo em funções discrimina Alfena pois não se preocupa em remodelar a piscina de Alfena e fazer com que o serviço prestado neste equipamento seja equiparado aos existentes em Ermesinde e Valongo; nem se preocupa com o impacto que a falta de um pavilhão municipal causa, nomeadamente apoiando as instalações do Alfenense. Na verdade, este executivo discrimina Alfena pois, em vez de procurar mitigar a falta de equipamentos municipais, nomeadamente desportivos, com o apoio às associações locais, que tanto promovem a cultura, o desporto e a ocupação de tempos livres dos jovens, opta por negar o apoio que presta às associações que gozam, e bem, nas restantes freguesias dos equipamentos municipais. O executivo em funções discrimina Alfena quando não reconhece a necessidade uma nova sede para a Junta de Freguesia em

Alfena, que permita os seus órgãos, democraticamente eleitos, de desenvolverem a sua atividade de proximidade.

Para quando a equidade no tratamento das freguesias, das associações e dos munícipes?

Já por diversas vezes o PSD se insurgiu contra a atitude do Senhor Presidente da Câmara face à Alfena, ora por iniciativa própria ora secundando o Senhor Presidente da Junta. Gostávamos que as nossas reivindicações para Alfena fossem atendidas. Infelizmente, não o têm sido e, por isso, não nos cabe senão ter uma palavra crítica para com o Senhor Presidente da Câmara hoje perante os alfenenses. Esta postura de reivindicação quanto a Alfena, continuaremos a tê-la seja a Assembleia Municipal em que freguesia for!

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD,

(Daniel Torres Gonçalves)

Doc. 14

AM

Relatório de Gestão e Contas 2017

Poderíamos remeter esta nossa nota, para a leitura da posição assumida pela CDU aquando da discussão sobre ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL PARA 2017 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA VALLIS HABITA PARA 2017, de onde salientamos:

"A proposta de Orçamento mantém o paradigma de privatizações/concessões dos principais serviços municipais, não contendo qualquer sinal de alterar este rumo desastroso. Desta forma o estacionamento na via pública, a recolha do lixo, as refeições escolares e as águas e saneamento continuarão em mãos de privados, com elevados custos para o erário público e para as populações. Aliás, ao longo do mandato, teria sido possível iniciar processos tendo em vista a retoma de serviços, ou de parcelas de serviços, novamente para a autarquia, nomeadamente no que se refere à recolha do lixo, às águas e saneamento e às refeições escolares, mas o PS preferiu manter ou até mesmo agravar privatizações e concessões. A título de exemplo, refira-se a possibilidade de investimento municipal na ETAR de Campo, o que, caso fosse realizado, era a abertura de um caminho até à rescisão do contrato com a bewater."

Evidenciamos também a posição que sempre manifestamos quanto aos efeitos do papel de subserviência para com um PAEL aplicado também ao Concelho de Valongo, culpa dos anteriores gestores municipais do PSD, a que sem qualquer ideia de libertação, o PS se sentiu amarrado dando assim continuidade na sua relação umbilical numa gestão de continuidade.

Este Relatório de Gestão, reflete a gestão da maioria PS, sendo um emaranhado de valores de carácter técnico, e contabilístico.

Para reforçar a recuperação do endividamento e da pressão do Pael, enfatizado pela opinião justificativa mas concordante do Sr. Presidente da Câmara na sua introdução ao Relatório de Gestão, nos próximos tempos, vamos assistindo, já estamos a assistir, aos aumentos, através da recuperação de valores com atual aumento do IMI, da Água, da Derrama, do negócio dos Parquímetros, e do que mais vier, que é o mesmo que estabilizar as finanças do Município, suportadas pela população e pelos trabalhadores.

Assim, o documento em apreço, nada mais reflete que os objetivos definidos no inicio de 2017, para um Orçamento eleitoralista, que naturalmente deu os seus resultados absolutos, mas que evidência o marcar de passo do Concelho, com os mesmos de sempre a ter que suportar os custos de más gestões.

Tal como aconteceu na nossa posição aquando da discussão e posição para o orçamento e as grandes opções para 2017, abstemo-nos.

Valongo, 27 de abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Doc. 15

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Requerimento Nº 6 /2017-2021 GM PPD/PSD 22-12-2017

A questão que trago aqui é muito simples, e dirijo-a ao Senhor Presidente da Câmara, como responsável máximo das contas da Câmara Municipal.

Sr. Presidente, não acha estranho que no Relatório e Contas que trouxe à aprovação desta assembleia não mencione o processo que está a correr em tribunal relativo à expropriação do Campo dos Sonhos?

Muito se discutiu no ano passado relativamente à cativação de 1,5 milhões de euros associado a este processo, mas nesse caso houve discussão porque a cativação, ou não, era uma decisão subjetiva.

Mas, no caso das contas produzidas com base no Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais não há muito espaço para subjetividades.

Há uma rubrica no passivo que se chama "Provisões para Riscos e Encargos", a qual à data de 31/12/2017 tem o valor de aproximadamente 288 mil euros.

Na nota 8.2.27 página 64 do relatório e contas, podemos encontrar os processos que estão provisionados nas contas da câmara no final do ano passado, contudo é com muito espanto que não há qualquer indicação do processo relacionado com a expropriação do Campo dos Sonhos.

Passo a citar partes da regra inscrita no POCAL relativamente às provisões:

"2.7.1 - Provisões

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos. (...)

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às (...) obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso".

Esclareço, desde já, que não é necessário provisionar valores para todos os processos que estão em tribunal, apenas para aqueles em que o desfecho se prevê

desfavorável. Sendo que esta avaliação é, na maior parte das vezes, suportada com base na posição do advogado de defesa.

Nos casos em que o desfecho se prevê favorável para a câmara, não há necessidade de se constituir uma provisão, apenas se deve fazer essa ressalva no anexo. Como é o caso do processo no valor de 1,7 milhões de euros que está imposto contra a câmara pela não construção de uma habitação social e o processo de 3,1 milhões de euros interposto pela empresa Parque VE. Para estes casos não há qualquer constituição de provisão, apenas a divulgação no anexo, porque a interpretação é que o desfecho será favorável à Câmara.

Como pode ver na página 66 do relatório e contas, tem lá a explicação destes dois processos. Contudo, nada menciona sobre o processo de expropriação do Campo dos Sonhos, apenas foi esquecido no momento da prestação de contas.

Tanto quanto é do conhecimento desta Assembleia, esse processo já teve uma decisão negativa para a Câmara, que a obrigou a proceder ao depósito de 1,5 milhões de euros.

Parece-nos, por isso, que deveria ter sido constituída uma provisão para um processo que já teve uma primeira decisão negativa, de acordo com as regras do POCAL.

Neste sentido, a bancada do PSD requer à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, que nos faça chegar a mesma informação que foi remetida ao Revisor Oficial de Contas quanto aos processos judiciais em curso da Câmara à data de 31/12/2017, quer pelos advogados internos, quer pelos advogados subcontratados.

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD

(Luís Cunha)

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Doc. 16

Declaração de Voto

Os eleitos pelo PSD votam contra o Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano de 2017, não por colocar em causa o trabalho técnico dos funcionários municipais mas por acreditarem que os mapas contabilísticos apresentados incorporam despesas eleitorais, criticadas durante o ano económico em apreço, nomeadamente na rúbrica respeitante a "Outras Aquisições de Serviços" onde se verificou um aumento de 12,51%, bem como na rúbrica de "Outras Despesas Correntes" onde se reflete um aumento de 135,2%.

O entendimento da CNE foi precisamente que estariam a ser utilizados recursos suportados pela autarquia, que serviam propósitos eleitorais que beneficiariam o Executivo socialista, nomeadamente os Muppies e Outdoors de prestação de contas.

Adicionalmente, a não constituição da provisão ou divulgação no anexo do processo de expropriação do Campo dos Sonhos, coloca em causa a qualidade da informação financeira para os utilizadores do mencionado relatório. Em primeiro lugar, para deixar claro que se há dúvidas é pela falta de informação que chega a esta assembleia. Em segundo lugar, o vai definir se há alguma dúvida relativa a esta questão é a resposta ao requerimento apresentado e não o senhor presidente.

Valongo 27 de abril de 2018

Pelos ~~o~~s deputados municipais do PSD

Doc. 17

2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018

Confrontados com a proposta da segunda alteração ao mapa de pessoal de 2018, constatamos que afinal é possível à autarquia contratar e criar novos postos de trabalho, ao contrário do que vem sido afirmado ao longo dos últimos anos.

No entanto, questionamo-nos sobre quais as premissas em que se sustenta esta nova alteração ao mapa de pessoal no espaço de dois meses, pelo que esperamos ver respondidas as seguintes questões:

- a criação de um posto de trabalho de Jurista e de oito postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico a afetar também à área jurídica traduz-se na cessação do contrato de prestação de serviços com o Sr. Dr. Ricardo Bexiga?

- A criação de postos de trabalho na carreira de assistente operacional a afetar à área de recursos escolares traduz-se na integração de pessoal que realiza Contratos de Emprego Inserção nas escolas?

- Há nesta proposta alguma perspetiva futura de remunicipalização gradual das áreas privatizadas?

Será o esclarecimento das questões agora colocadas que ditará o modo como a CDU votará esta segunda proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2018.

Valongo, 27 de abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Joana Machado